

## EDITORIAL

É com imensa satisfação que entregamos aos leitores a presente edição da revista Espaço Jurídico (vol. 11, n. 2, jul./dez. 2010), conscientes de sua contribuição para o processo de efetivação, já em curso, da temática *Direitos Humanos Fundamentais*, com vistas não apenas à formação universitária acadêmica mas, para além de seus marcos institucionais, buscar promover o debate perante os operadores do direito; os agentes públicos e políticos e a sociedade, em sua diversidade.

Fundada em 2000, a revista Espaço Jurídico já evidenciava em sua edição inaugural o comprometimento com a qualidade dos trabalhos apresentados à reflexão do público leitor. Preocupava-se em veicular conhecimento científico de excelente nível, enfocando de maneira crítica, o pensamento jurídico tradicional do ocidente, apontando a necessidade de rupturas aos seus limites e condicionamentos, propugnando pela reconstrução de práticas jurídicas que pudessem atender à sua realidade dinâmica e plural. Nesta época, vale registrar, a revista Espaço Jurídico pertencia ao *Campus* de São Miguel do Oeste. Entretanto, em 2005, a Editora Unoesc centralizou todas as publicações antes dispersas nos diferentes *Campi* e, em decisão consensual, optou por adotar a Espaço Jurídico como a única revista na área do Direito.

A partir de 2005, a revista Espaço Jurídico esteve sempre vinculada ao Curso de Direito da Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc) e sua trajetória sempre houve por refletir os ideais desta Instituição, no sentido de contribuir decisivamente no processo de formação do espírito humanista, sem perder de vista a perspectiva das formulações críticas e os propósitos de ultrapassar as fronteiras do pensamento jurídico tradicional. Os últimos cinco anos foram especialmente marcados por uma política de estímulo à formação de núcleos de pesquisa por parte da Unoesc, objetivando de forma crescente o envolvimento de professores e alunos. A partir de 2010, de maneira a coroar essas metas, instituiu-se uma política de contratação de doutores com o escopo de promover a ampliação dos núcleos de pesquisa.

Como resultante destes esforços foi estabelecida na Unoesc uma grande área de concentração em pesquisa, sob a temática *Direitos Humanos Fundamentais*, denominada: *Dimensões Materiais e Eficaciais dos Direitos Fundamentais*. Esta, por sua vez, foi dividida em duas grandes linhas de pesquisa, com sede em todos os Campi da Instituição: I - *Direitos Fundamentais: ampliação dos Direitos Subjetivos* e II - *Direitos Fundamentais Sociais: relações de trabalho e Previdência Social*, elegendo, portanto, algumas espécies de Direitos Cíveis e Sociais com o propósito do aprofundamento da pesquisa e consequente publicação, sempre à luz dos Direitos Fundamentais.

Com a presente edição, são levados ao leitor, os frutos deste novo momento em que se desenvolve a pesquisa na Unoesc. Renovam-se os propósitos para a consolidação deste periódico, pautados na defesa da Ética, da Dignidade Humana

e no respeito à diversidade. A relevância do tema *Direitos Humanos Fundamentais*, que ora nos propomos, permite-nos expandir sua discussão em artigos que abordam a Filosofia do Direito e a Teoria Geral dos Direitos Fundamentais. Entre estes se encontram: *La discursiva ficción de los “Derechos Humanos”*, do Professor Doutor Raúl Zamorano Farias, (Universidad Autónoma del Estado de México – México); *Direito Cosmopolítico e Direitos Humanos*, do Professor Doutor Vicente de Paulo Barreto (UERJ – Rio de Janeiro); *Teoría Socialista de los Derechos Humanos*, do Professor Doutor Antonio Salamanca Serrano (Ilustre Colegio de Abogados de Madrid – Espanha); *No que a Filosofia pode ajudar a aplicação do Direito? De como a Hermenêutica serve aos seus senhores*, do Desembargador do Tribunal de Justiça e Professor Doutor Rogério Gesta Leal (Universidade de Santa Cruz do Sul – Rio Grande do Sul); *Direitos e valores morais em Kant*, do Professor Doutor Antônio Sidekum (Universidad Centroamericana José Simeón Cañas – El Salvador).

Entre os textos que tocam a temática *Direitos Fundamentais Civis e Sociais*: *Indisponibilidade dos Direitos Fundamentais*, da Professora Doutora Leticia de Campos Velho Martel (PUC – Rio de Janeiro); *Limites à Liberdade de Expressão*, do Professor Livre Docente Miguel Reale Júnior (USP – São Paulo); *A evolução Conceitual da Liberdade de Expressão no STF*, do Professor Doutor Marco Aurélio Rodrigues da Cunha e Cruz (UniCeub – Distrito Federal); *Direito ao desenvolvimento como Direito Humano: implicações decorrentes desta identificação*, de Mônica Teresa Costa Sousa (UFMA – Maranhão); *A efetividade da súmula vinculante e suas repercussões na esfera trabalhista*, do Desembargador Presidente do TRT, Doutor Carlos Alberto Robinson.

Abordando o tema *Democracia e Novas Fronteiras da Administração Pública*, os artigos: *Modelo Liberal de representação política*, do Professor Doutor Orides Mezzaroba e do Mestre Antônio Gavazzoni (UFSC – Santa Catarina); *Alguns princípios constitucionais e administrativos na Administração Pública brasileira*, do Professor Doutor Francisco de Salles Almeida Mafra Filho (UFTM – Mato Grosso); *O controle concentrado de constitucionalidade na Constituição de 1988: breve evolução histórica*, do Ministro do Supremo Tribunal Federal Doutor Gilmar Mendes; *La cittadinanza amministrativa. Una nuova prospettiva per la partecipazione*, do Professor Gregorio Arena (Università Luiss Guido Carli – Itália); *La participación en la nueva ley de medidas para la modernización del Gobierno local*, do Professor Doutor Jaime Rodríguez-Arana (Universidad de La Coruña – Espanha); *La Governance Locale Inglese e la Governance Europea: um confronto possibile?*, do Professor Doutor Francesco Rubino (Università di Palermo – Itália).

Em face dos trabalhos apresentados, a revista Espaço Jurídico renova o compromisso de abertura ao debate da experiência jurídica, buscando alicerçar discussões sólidas e eficazes para a construção de um paradigma de inclusão social no Direito.

Riva Sobrado de Freitas  
Editor